



Anais do V Encontro da Rede de Estudos Agrários

"Fases da agricultura familiar na diversidade do rural brasileiro"

16, 17 e 18 de junho de 2015

Alfenas - MG

ANÁLISE DA DINÂMICA SOCIOESPACIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR NO DISTRITO DE VILELÂNDIA, CARMO DO RIO CLARO-MG

191

Ana Livia de Almeida Silva

Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais – UNIFAL/MG

Ana-liviaas@hotmail.com

Flamarion Dutra Alves

Prof. Dr. UNIFAL/MG – Líder do Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais

dutrasm@yahoo.com.br

Resumo

O projeto abordará a temática da Agricultura Familiar, buscando contextualizá-la no Sul de Minas Gerais, com foco no Distrito de Vilelândia, pertencente ao município de Carmo do Rio Claro - MG. O objetivo do projeto é discutir o tema Agricultura Familiar, a partir de uma perspectiva geográfica, econômica e social, numa região onde a *commodity* do café é predominante. O trabalho propõe uma abordagem sistêmica e pauta-se em dados qualitativos, que foram coletados, sobretudo, pela realização de entrevistas semi-estruturadas com os agricultores familiares para entender as relações sociais, trabalhistas, estrutura fundiária, crédito rural, programas sociais e processos migratórios.

Palavras-chave: Agricultura familiar, Cafeicultura, Pluriatividade

Abstract

The project will address the issue of family farming, seeking to contextualize it in the south of Minas Gerais, focusing on Vilelândia District, belonging to the municipality of Carmo do Rio Claro - MG. The goal of the project is to discuss the topic Family Farming from a geographical, economic and social perspective, a region where the coffee commodity is predominant. The paper proposes a systemic approach and agenda - on qualitative data, which were collected mainly by carrying out semi-structured interviews with farmers to understand the social, labor, land tenure, rural credit, social programs and migration processes.

Keywords: Family farming, Coffee Culture, Pluriactivity.

1. Introdução

As relações socioespaciais da agricultura familiar no Sul de Minas Gerais fazem-se muito presentes, tendo por área de análise o Distrito de Vilelândia pertencente ao município de Carmo do Rio Claro-MG. A questão da produção de alimentos é pertinente para nossa sociedade e a agricultura familiar desempenha essa função tanto para abastecimento interno como para exportação.

No Brasil, historicamente, a concentração de terra e renda era destinada a uma pequena parcela da população, os chamados barões do café, detentores de poderes e privilégios, tinham seus interesses atendidos pelas políticas públicas destinadas para o campo e os produtores que se dedicavam a produção de alimentos sempre estiveram em posição secundária.

A importância de discutir a situação agrária brasileira é crucial, para que possamos compreender os problemas socioeconômicos e territoriais do campo, para tal, o fator preponderante para essa análise passa pelo entendimento da dinâmica da estrutura fundiária, pois o fator que deve estar “em primeiro e principal lugar, é a relação de efeito e causa entre a miséria da população rural brasileira e o tipo de estrutura agrária do País, cujo traço essencial consiste na acentuada concentração da propriedade fundiária” (Júnior, 1981, p. 18).

1.1 - Caracterização da Área de Estudo

A comunidade rural de Vilelândia faz parte do município de Carmo do Rio Claro que tem 20.426 habitantes (IBGE, 2014). A comunidade de Vilelândia se encontra situada a trinta e seis quilômetros do centro de Carmo do Rio Claro, município do qual faz parte, dista dezoito quilômetros de Alpinópolis, vinte quilômetros de Nova Rezende e trinta e cinco quilômetros de Conceição da Aparecida (Figura 1).

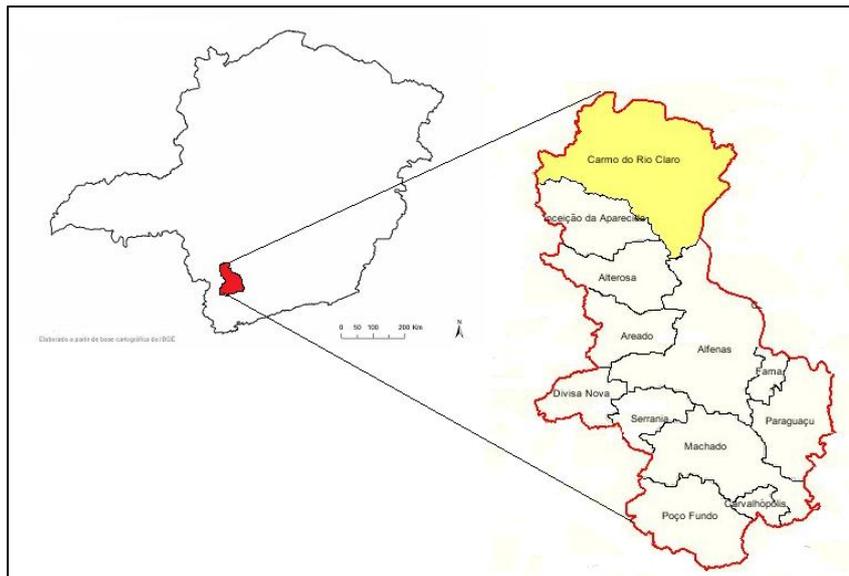


Figura 1 – Mapa de localização da Microrregião de Alfenas e o município de Carmo do Rio Claro-MG. Org: Silva e Alves.

O distrito de Vilelândia é eminentemente rural e dependente das atividades agropecuárias, sobretudo o café. Por ter uma reduzida população e uma área considerável para produção de café, falta mão de obra no período da colheita, para suprir essa necessidade há uma grande corrente migratória do nordeste e norte mineiro entre os meses de maio à setembro. Há outro processo migratório, o do êxodo rural dos moradores do distrito. As principais causas da migração dos habitantes de Vilelândia para outras cidades são a falta de condições de estudo, emprego e infraestrutura socioeconômica da comunidade. A migração ocorre principalmente na faixa etária entre 16 e 25 anos, tendo por principais destinos Passos-MG e Alfenas-MG, que distam sessenta e três e cem quilômetros, respectivamente.

Faz-se de extrema importância relacionar os tipos de cultivo agrícola à paisagem. No Distrito de Vilelândia, as propriedades com áreas mais planas de relevo são detentoras dos grandes cultivos, da monocultura, já as propriedades que apresentam morros, porções de terras mais elevadas, são destinadas aos pequenos produtores, que desempenham outros cultivos além do café, em que o maquinário torna-se difícil de ser operado nestas localidades sendo necessária a mão de obra, seja familiar ou imigrante.

A cafeicultura predomina na região Sul Mineira e por ser uma *commodity*, o agricultor familiar tem seu poder de decisão limitado quanto aos preços, mercados, insumos, e outros elementos pertencentes à cadeia produtiva.

O cafeicultor fica sempre à mercê das decisões de mercado unilateralmente tomadas pelos compradores. A consequência de todo esse processo é que a renda auferida pelos cafeicultores é mínima, se comparada com os valores adicionais obtidos ao longo da cadeia agroindustrial do café, além de apresentarem grande instabilidade. (TEIXEIRA, 2000, p.178)

O dinamismo da agricultura familiar para o abastecimento do mercado interno, torna um ator importante na sociedade e por isso, tem se reinventado ao longo dos tempos frente à modernização agrícola. Apesar da propensa superioridade da grande propriedade rural, a agricultura familiar está cada vez mais desempenhando seu papel para a manutenção de sua categoria social, além de representar socioeconomicamente um vetor para o desenvolvimento local-regional.

Os agricultores familiares representam 85,2% do total de estabelecimentos, ocupam 30,5% da área total e são responsáveis por 37,9% do valor bruto da produção agropecuária nacional. Quando considerado o valor da renda total agropecuária (RT) de todo o Brasil, os estabelecimentos familiares respondem por 50,9% do total de R\$ 22 bilhões. Esse conjunto de informações revela que os agricultores familiares utilizam os recursos produtivos de forma mais eficiente que os patronais, pois, mesmo detendo menor proporção da terra e do financiamento disponível, produzem e empregam mais do que os patronais. (GUANZIROLI et al, 2001, p. 55)

Dessa forma, a agricultura familiar apresenta características de resistências e transformações frente às mudanças econômicas, ao desenvolvimento e aprimoramento de novas técnicas agrícolas e à monocultura.

A pesquisa tem como objetivo geral caracterizar a dinâmica socioespacial da agricultura familiar no distrito de Vilelândia no município de Carmo do Rio Claro – MG, tendo como objetivos específicos abordar a inserção dos agricultores familiares no mercado, analisar a importância da atividade cafeeira para a produção e reprodução da agricultura familiar, mas ao mesmo tempo demonstrar a diversidade produtiva frente a esta monocultura.

2 – ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

2.1 – Reflexões sobre a definição da agricultura familiar

Ao se falar em Agricultura Familiar há a tendência em se diferenciar o agricultor familiar (pequeno produtor) do camponês, para (CARNEIRO, 2008, p.261) os pequenos produtores o são por terem pouca terra e produção limitada, e os camponeses por conservarem a identidade entre a unidade de produção e a de consumo e o trabalho ser familiar. No entanto, há a sobreposição das “características” destas atividades umas sobre as outras, em que ambas realizam atividades secundárias para o complemento da renda e da alimentação, como a pecuária, criação de suínos, granja, fruticultura, leguminosas. Para (WANDERLEY, 2003, p. 47 - 49), se a manutenção da família camponesa passa pelo mercado, nem por isso a produção a que esta família se dedica deixa de ser uma produção de subsistência, se for orientada para a satisfação de suas necessidades básicas.

O termo campesinato é conhecido e usado desde o tempo do feudalismo, talvez por isso traga consigo a impressão de um culturalismo mais forte e marcado, no entanto ao se tentar definir/diferenciar os tipos de agricultura de cunho familiar corre-se o risco de se perder a pluralidade de relações, costumes, hábitos, historicidades que carregam.

A cultura estabelece um elo entre as pessoas e a terra, como se criasse um sentimento de pertencimento a ela nos habitantes; sendo um dos motivos, talvez, por não abandonarem a dificuldade, muitas vezes, de se viver da terra e assim ir morar na cidade, para trabalhar em indústrias, comércio, além ainda de enfrentar o interesse dos grandes proprietários, relegando o agricultor de subsistência em segundo plano.

Mas a agricultura familiar tem demonstrado um grau de inserção no mercado, realizando acordos com cooperativas, aquisição de empréstimos financeiros, busca por inovações entre outros processos que mostram o aprimoramento desse setor.

A atividade agrícola que tratamos nesta pesquisa possui ligação direta com o mercado consumidor, sendo que a maioria da produção é destinada às cooperativas agrícolas do sul de Minas Gerais. Dentre elas a que possui maior representatividade é a Cooxupé.

Na agricultura familiar, o estabelecimento e a família se interpenetram, mas as ligações se modificam com o avanço da família na direção do agronegócio. Na fase que se vive, a família e o estabelecimento necessitam, no planejamento, ser considerados, como um todo, para se garantir o sucesso econômico do empreendimento. (ALVES 2006, p. 12)

É comum caracterizar a agricultura familiar como um setor atrasado, do pronto de vista econômico, tecnológico e social, voltado fundamentalmente para a produção de alimentos básicos e com uma lógica de produção de subsistência. Essa imagem estereotipada da agricultura familiar está longe de corresponder à realidade. (SOUZA, 2005, p.10)

De acordo com (CARNEIRO, 2008, p. 266), na agricultura familiar, o caráter familiar da exploração da propriedade rural não reside apenas no tipo de relações de trabalho acionadas na produção e no seu peso quantitativo, mas na integração desse fator com um conjunto de variáveis de ordem cultural, social, ou seja, não se trata de mais um sistema econômico convencional inserido na sociedade capitalista.

Os pequenos agricultores são os principais responsáveis por fornecerem a matéria prima às indústrias. Estas por sua vez processam e agregam valor ao produto ficando com o lucro proveniente de todo o processo de comercialização.

2.2 – Estrutura fundiária e agricultura familiar no Sul de Minas

No Sul de Minas Gerais o pequeno agricultor é o maior responsável em abastecer as cooperativas agrícolas com a commodity cafeeira, conforme aponta (ALVES 2013, p.09) “O Sul de Minas Gerais destaca-se pela grande produção de café no seu espaço agrário, tendo participação em torno de 25% da produção nacional e sua estrutura fundiária é composta por pequenas e médias propriedades em sua maioria.”

196

A região Sul de Minas Gerais tem o café como a principal atividade econômica, aglomerando grande quantidade de cooperativas cafeeiras, empresas de beneficiamento (colheita, secagem e descasca do grão) e de produtores agrícolas (principalmente pequenos e médios). A elite agrária possui maior representatividade no Sul de Minas Gerais, no entanto esta depende da produção do pequeno agricultor visto a organização de muitas cooperativas. Todavia, em termos gerais, estas cooperativas, na maioria das vezes, nada mais são que atravessadores que intermediam a relação cafeicultor/mercado consumidor. E no desenvolver dessa relação há o interesse em que os produtos agrícolas sejam vendidos a preços baixos para que os salários na cidade possam ser menores e a acumulação industrial maior.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), instituiu em 1979 o Módulo Fiscal, sendo este uma unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: Tipo de exploração predominante no município; Renda obtida com a exploração predominante; Outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada; Conceito de propriedade familiar. Serve ainda de parâmetro para definir os beneficiários do PRONAF, sendo estes: Pequenos Agricultores de economia familiar, Proprietários, Meeiros, Possesiros, Parceiros ou Arrendatários de até quatro módulos fiscais.

O Módulo Fiscal pode sofrer variações quanto a sua equivalência de acordo com a extensão e ocupação de cada localidade do país. Nas maiores capitais brasileiras o módulo fiscal equivale a cinco hectares. No Acre, ele chega ao limite de cem hectares. No Rio Grande do Sul, que apresenta culturas diversificadas, como uva, arroz, soja, trigo, além da pecuária, os módulos fiscais ficam, em média, entre 18 e 20 hectares, podendo chegar a 40. Minas Gerais é o Estado brasileiro com o maior número de municípios, são 853. Em alguns deles, o módulo fiscal chega a 70 hectares. No Sul de Minas Gerais, e no município de Carmo do Rio Claro o módulo fiscal é de 22 hectares. Canal Rural, 2010 – Embrapa.

2.3 – Crédito rural na agricultura familiar

Com o desenvolvimento do sistema de créditos por meio dos Bancos e programas implementados pelo Governo Federal a partir da década de 1990, o financiamento privilegiou principalmente os grandes produtores rurais disponibilizando tecnologias para as grandes áreas agricultáveis, além do uso intensivo dos recursos naturais.

197

Em 1996, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que permitiu ao pequeno agricultor o acesso aos insumos agrícolas, técnicas de cultivo, maquinário. Tem por finalidade apoiar financeiramente as atividades agropecuárias ou não-agropecuárias, para implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos. Destina-se a promover o aumento da produção e da produtividade e a redução dos custos de produção, visando à elevação da renda da família produtora rural. (BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento). No entanto os agricultores se deparam com a dificuldade de se pagar por estes implementos, ainda que seu acesso tenha sido facilitado, afinal não possuem a estabilidade do valor mensal de seus salários, visto que estes são determinados pela Bolsa de Valores Internacional, dependendo das circunstâncias do mercado como a taxa de oferta e demanda. Além de o Brasil ter como grandes influentes os mercados estrangeiros.

O mercado biotecnológico movimenta bilhões de dólares e é controlado, hoje, principalmente por empresas norte-americanas e europeias. As negociações agrícolas não se pautam apenas nas questões relacionadas ao comércio de produtos agrícolas, mas também em relação ao mercado de tecnologias. É evidente, por partes dos países europeus e norte-americanos o interesse de tentar impor determinados modelos tecnológicos com o objetivo de promover a padronização da produção e tornar a maior parte possível do planeta dependente de um único modelo tecnológico. O Brasil não se apresenta como um país resistente a determinados tipos de tecnologia. A posição brasileira deixa evidente que o país não pretende, em curto prazo, desenvolver tecnologias próprias e defendê-las não se posicionando em relação à importação de pacotes tecnológicos, como por exemplo, os transgênicos.

O Governo Federal tem auxiliado, de certo modo, a permanência da população no meio rural através do desenvolvimento do Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR oriundo do Programa Minha Casa Minha Vida, implementado em 2009 no governo Lula. Este

programa oferece subsídios para a construção ou reforma de imóveis aos agricultores familiares, trabalhadores e aposentados rurais com renda anual de até quinze mil reais.

Programas que beneficiem aos pequenos agricultores são de extrema importância, pois estes precisam de um incentivo a continuar se dedicando às suas atividades, uma vez que estas trazem uma renda incerta ao pequeno produtor e também porque este desenvolve atividades como o plantio policultor, que é à base da alimentação do brasileiro, ainda que não tenha seu devido reconhecimento e investimento.

Comparativamente o crédito para agricultura familiar e para o agronegócio cresceu na última década (tabela 2), o que evidencia um estímulo à produção agropecuária tanto para os grandes como para os pequenos produtores rurais.

Tabela 2 – Crédito para o agronegócio e agricultura familiar, produção de grãos no Brasil entre 2002 e 2013.

	Crédito para Agronegócio (R\$ Bilhões)	Crédito para Agricultura Familiar (R\$ Bilhões)	Proporção do crédito para agricultura familiar (%)	Produção de Grãos (milhões toneladas)
2002/2003	20,2	3,9	16,18	112,4
2011/2012	107,2	18	14,37	165,7
2012/2013	115,2	22,3	16,21	180
Crescimento em 10 anos	5,7	5,71	-	1,47

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB (2002/2012), Plano Safra da Agricultura Familiar (2012/2013), Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013.

2.4 - Trabalho Familiar e a presença dos Migrantes

Se atentarmos ao processo histórico da agricultura no Brasil, verifica-se o quão relacionado está com o deslocamento das populações, principalmente em se tratando de áreas de atração de migrantes (como São Paulo, Minas Gerais, Centro Oeste) pela abertura de fronteiras realizada em diferentes períodos e sempre orientadas/influenciadas por decisões governamentais de âmbito nacional.

Nos anos de 1970 a modernização agrícola acontecia no país em conformidade com a industrialização, pois as cidades passaram a demandar mão de obra a fim de atender os projetos preconizados pelo governo brasileiro. Os “Pacotes tecnológicos” que vigoravam na

década de 1980 com a chamada Revolução Verde teriam de ser vendidos com a suposta finalidade de se erradicar a fome no mundo, aliada a concentração de terra aos grandes produtores. (CARVALHO, 2008 p.2)

Com a expansão do capital técnico-científico modificam-se as estruturas de produção, o que vai permitir ao capital estruturar e reestruturar as forças produtivas, tornando uma dada região mais atrativa do que outras, aos fluxos econômicos e migratórios. A mobilidade populacional deixa de ser apenas o deslocamento pela vontade do indivíduo e revela a força da lógica do capital que direciona e condiciona essa força de trabalho, para atender as necessidades de produção em diferentes espaços. “Políticas sociais e ideologicamente injustas, que, privilegiando as classes dominantes, condenam milhões de famílias a um desenraizamento sem fim”. (FERREIRA, 1992, p.19; CARMO, 2012, p.5)

No presente artigo destacamos os aspectos inerentes à migração sazonal, que corresponde ao deslocamento populacional em período determinado pelas necessidades de produção, com relevância para os períodos de colheita, os quais representam o principal fator da migração. No Brasil este tipo de migração ocorre, sobretudo, na colheita de laranja, cana-de-açúcar, café, algodão, entre outras monoculturas. A migração sazonal difere da temporária, pelo deslocamento em períodos determinados pela colheita e geralmente está relacionada ao campo, mesmo sendo marcado pela sazonalidade, esse modelo de migração não deixa de ser temporário. (CARMO, 2012)

Há um número expressivo dos empregos gerados pelo café principalmente de âmbito informal e na época das safras (temporário), sendo responsável pela migração dos trabalhadores nas unidades de produção familiar podem ser tanto os membros da família, quanto os vizinhos (troca de dias de trabalho ou assalariados da comunidade, em geral apenas quando membros da família não são suficientes); “nas propriedades médias os assalariados são predominantes e podem ser da região ou de fora dela, geralmente do Norte do Paraná, Norte de Minas e da Bahia (nesse caso, contratados pelos “gatos” em sua região de origem); e, por fim, nas grandes propriedades o trabalho assalariado predomina praticamente em todas as fases do ciclo produtivo do café”. (Coalização do Café, 2004, p. 25).

2.5 - A Monocultura cafeeira e a Pluriatividade

Aposição brasileira raramente apresenta-se na defesa de sua grande economia agrícola, do ponto de vista do emprego, do incentivo à manutenção da população no meio rural, do desenvolvimento sustentável e da segurança alimentar. A visão predominante é a

defesa do agronegócio de exportação, baseado nas cadeias tradicionais já estruturadas no país. No entanto essa visão do agronegócio é limitada, não observando importantes oportunidades para a produção brasileira como: ser livre de alimentos transgênicos com o propósito de caminhar para um processo agrícola que seja mais ecológico e justo, afim de os mais pobres também poderem usufruir dos benefícios das técnicas agrícolas e dedicar maior atenção às culturas que constituem na alimentação básica dos brasileiros.

O favorecimento de culturas ‘dinâmicas’ para exportação e/ou para as agroindústrias relegou a produção de gêneros de primeira necessidade, particularmente de feijão, mandioca e arroz, essenciais à sobrevivência dos estratos de renda mais baixa, a um ‘status’ secundário. (MARTINE E GARCIA, 1987, p.83).

O cultivo da região em questão pauta-se principalmente no café, sendo esta monocultura responsável por gerar a maior parte da renda das famílias ali residentes. No entanto há o desenvolvimento de outras atividades, a fim de complementar o sustento e também a renda como a criação de galinhas, porcos, leguminosas, alguns tipos de árvores frutíferas, produção de doces, plantações de pequenas lavouras de arroz, milho e mandioca, (são utilizados nas lavouras implementos agrícolas de pequeno porte, ainda dependendo muito do trabalho humano no plantio e colheita). Explora-se também a pecuária leiteira e de corte, em menor escala, o abate dos animais é feito nas fazendas e sítios, sem intervenção industrial, e a ordenha (extração do leite) dos animais também é manual. Como em sua maioria, os proprietários são pequenos produtores, as atividades são executadas em regime de mutirão e parceria.

2.6 Sustentabilidade

Associar o termo “sustentabilidade” a uma *commodity* agrícola parece ser incoerente e impraticável, no entanto nestas pequenas propriedades a produtividade agrícola é de menor intensidade e a maior parte do processo de cultivo é feito manualmente, portanto os solos destas propriedades apresentam melhor fertilidade e demandam menores despesas com corretivos e fertilizantes. Geralmente agricultores de médio e grande porte tendem a ocupar áreas mais favoráveis à mecanização (planas), não importando tanto a fertilidade, uma vez que possuem mais recursos financeiros para suprir esta necessidade.

Dentre os fatores requeridos para a obtenção de um produto diferenciado destacam-se o uso racional de insumos, a organização institucional dos produtores e o cultivo em áreas adequadas à cultura em questão. Estas áreas devem apresentar clima e solos favoráveis, insolação suficiente, disponibilidade de água, etc., todos disponíveis em terras brasileiras. A qualidade do café será função da variedade, solo,

altitude, manejo da lavoura, processamento na colheita e pós-colheita (ALPIZAR E BERTRAND, 2004, p.47; PEREIRA, 1997, p.96).

Se há, de um lado, uma crescente demanda por cafés especiais, por outro, persiste a necessidade, nestas regiões tradicionalmente produtoras, de uma adequação dos métodos de produção e processamento do café de modo a alcançar a qualidade necessária a atender às exigências que lhes confirmam inclusive o certificado oficial de origem. (NICOLELLA, 2003)

201

O Brasil tem deixado a desejar quanto à qualidade e os direitos do consumidor. Para o governo brasileiro, esse tema está diretamente relacionado a políticas protecionistas dos países desenvolvidos. Nesse sentido, fica clara a ausência de estratégias para o comércio de produtos diferenciados, cada vez mais exigidos pelos principais países consumidores. Os grupos de negociação brasileiros também têm dificuldades de incorporar reivindicações e propostas das organizações sociais. Poucas consultas, debates e seminários promovidos pelo governo são realizados, ao contrário do que ocorre com os segmentos empresariais mais interessados nas negociações, como os ligados à cadeia de carnes, soja, cana de açúcar, laranja.

Como ponto de partida, a tentativa de se frear o crescimento dos transgênicos não é uma questão apenas relacionada aos direitos do consumidor ou a questões ambientais. Mas deve ser entendida também como uma disputa pela manutenção da diversidade de sistemas produtivos, pela retenção da renda gerada com tecnologia dentro do próprio país e de autonomia tecnológica.

Faz - se de extrema importância de que se reconheça no Brasil rural a presença de um grande número de grupos sociais distintos, quando considerados de diversas perspectivas: “Como sua forma de organização social e de produção, sua cultura, sua religiosidade, sua integração aos mercados, sua relação com a natureza, sua identidade social etc”. conforme afirma (Delgado, 2009, p. 23) Existe um conjunto de grupos ou segmentos sociais definidos como povos e comunidades tradicionais que, segundo a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, compreende: quilombolas, indígenas, pescadores artesanais, ribeirinhos, extrativistas, seringueiros, moradores de áreas de fundo de pasto, retireiros entre outros. Porém há existência de atores sociais, com força política e poder de barganha muito desiguais frente à sociedade e ao Estado, o que torna mais complexa a condução e o conteúdo do projeto democratizante e a formulação de estratégias de desenvolvimento sustentável para o Brasil rural.

Frente há tantos entraves que o agricultor tende a enfrentar, ainda sim tem se inserido no mercado, principalmente estreitado os laços com as cooperativas agrícolas. Desenvolver atividades diversas e alternativas de produção em suas propriedades faz com que diminua de certa forma alguns gastos, fazendo com que sobre dinheiro a se investir em suas produtividades, necessidades familiares, aquisições de bens ou ainda que realizem alguma viagem.

3. Metodologia

Esta pesquisa está inserida ao Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (GERES) no qual pertence a um projeto maior denominado “Multifuncionalidade na organização do espaço pela agricultura familiar: abordagens comparativas sobre a paisagem rural nos estados de MG, RS e SP” pertencente a Redes de Estudos Agrários (REA), composta pelos grupos de pesquisa Núcleo de Estudos Agrários da UNESP Rio Claro-SP, Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais da UFPEL Pelotas-RS, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia Rural da UNIMONTES Montes Claros-MG e Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais - GERES da UNIFAL Alfenas-MG.

A pesquisa no Distrito de Vilelândia, segue a proposta teórico-metodológica do projeto maior (Figura 3), no qual tem como princípio o entendimento da agricultura familiar e sua relação de trabalho e produção, posteriormente analisar as atividades multifuncionais e pluriativas desenvolvidas pelos agricultores, ou seja, se há uma relação de trabalho não agrícola.

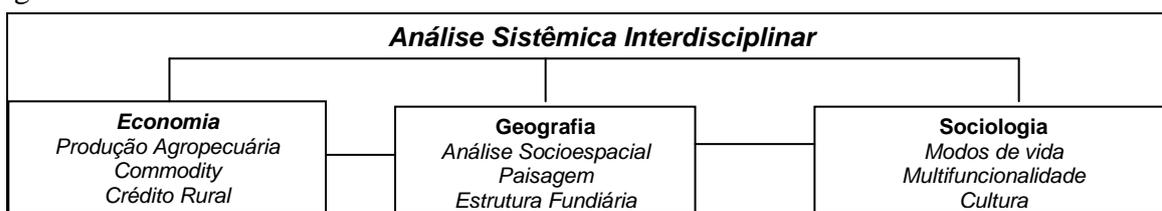


Figura 3 – Esquema metodológico interdisciplinar no desenvolvimento geoeconômico da agricultura familiar.

O levantamento bibliográfico sobre a estrutura fundiária, agricultura familiar e a diversidade de situações específicas e particulares em que está inserida, sobretudo ao sul de Minas Gerais, pautando-se principalmente na abordagem de Maria de Nazareth Baudel Wanderley e Maria José Carneiro. A amostra inicial é de 38 pessoas do total de habitantes do Distrito de Vilelândia, ou seja, 4% das pessoas da comunidade, visto que a população é

estimada em 1000 habitantes. Por fim, realizamos o diagnóstico dos dados secundários e primários sobre a agricultura familiar no lugar, mostrando as relações econômicas, sociais e geográficas.

4 – Diversidade e Características da Agricultura Familiar em Vilelândia .

4.1 – Composição sociocultural

Os resultados apresentados neste capítulo correspondem à pesquisa de campo, realizada no distrito de Vilelândia, na qual foram realizadas 38 entrevistas com os moradores. A pesquisa pretende compreender a origem, vivência, aspectos culturais, econômicos, o suceder das atividades realizadas dos residentes ou parcela deles, deste Distrito. O gráfico a seguir, nos mostra dentre os habitantes entrevistados quantos são originários de Vilelândia ou de outras cidades.

Gráfico 1 - Origem dos Habitantes Entrevistados



Gráfico indicativo da Origem dos Habitantes Entrevistados do distrito de Vilelândia – Carmo do Rio Claro MG. Fonte: Trabalho de Campo realizado em Maio de 2015

Dentre os 12 habitantes entrevistados, 4 deles são originários de Carmo do Rio Claro, 3 deles são originários de Alpinópolis, 3 deles são originários de Conceição da Aparecida e 2 deles são originários de Salvador – BA. Ao tratarmos do tempo em que os habitantes entrevistados residem em Vilelândia é possível identificarmos uma grande maioria, 86,84% que reside no Distrito é por mais de 20 anos. Apontando para o envelhecimento da população, assim como o processo de migração dos jovens para cidades maiores como Alfenas, Passos, Belo Horizonte em busca de maiores oportunidades seja de estudos ou empregatício.

Gráfico 2 - Tempo em que os habitantes residem em Vilelândia

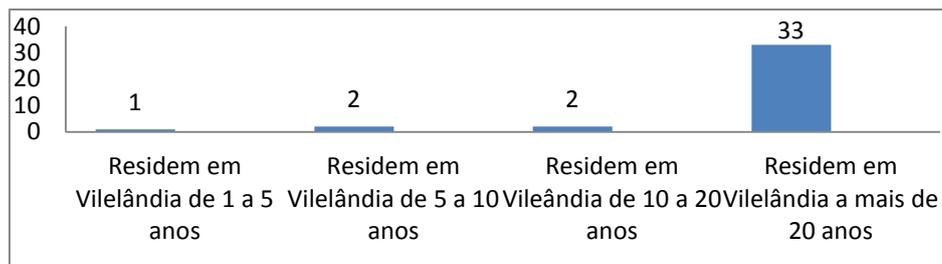


Gráfico indicativo do tempo em que os habitantes entrevistados residem no distrito de Vilelândia – Carmo do Rio Claro MG. Fonte: Trabalho de Campo realizado em Maio de 2015

As dificuldades de obtenção de trabalho qualificado relaciona-se ao nível de escolaridade, como se pode observar no gráfico a seguir em que 44,73% não completaram o ensino fundamental, poucos concluíram o ensino médio sendo 21,05% e apenas 2,63% possuem Pós Graduação. Não haver a presença de analfabetos entre os entrevistados é um aspecto positivo sob o ponto de vista educacional, no então o fato de não apresentarem um índice de escolaridade satisfatório dificulta quanto à obtenção de um trabalho qualificado e com melhor remuneração, salientando o papel de destaque que a educação possui no processo de compreensão da realidade de vida destes habitantes.

Gráfico 3 - Escolaridade dos Habitantes

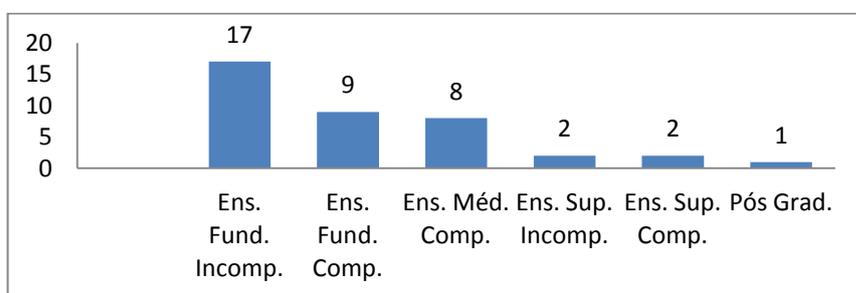


Gráfico indicativo do Nível de Escolaridade dos Habitantes Entrevistados do distrito de Vilelândia – Carmo do Rio Claro MG. Fonte: Trabalho de Campo realizado em Maio de 2015

A renda configura um fator determinante quanto ao poder de aquisição de bens materiais e imateriais dos cidadãos, cada habitante questionado pela sua renda foi considerada no âmbito familiar como um todo. (Como por exemplo, o marido dedicar-se a cafeicultura e a esposa por produzir e vender doces, bolos, pães de modo a complementar a renda). Conforme o gráfico 39,47% dos entrevistados apresentam uma renda mensal de 1 a 2 salários mínimos, 28,94% apresentam renda de 2 a 3 salários mínimos, 13,15% apresentam renda mensal de até um salário mínimo enquanto apenas 2,63% apresentam renda mensal de 6 a 8 salários mínimos.

Gráfico 4 - Renda mensal dos entrevistados

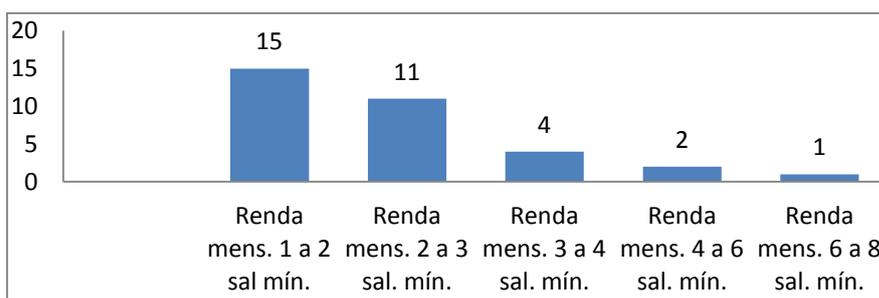


Gráfico indicativo da Renda Mensal dos Habitantes Entrevistados do distrito de Vilelândia – Carmo do Rio Claro MG. Fonte: Trabalho de Campo realizado em Maio de 2015

A intenção de abordar sobre os utensílios domésticos pertencentes aos entrevistados é a de romper com a visão de que o campo é atrasado tecnologicamente, pois a maior parte deles está inserida nos meios de comunicação de massa e dispõem de veículos motores, sendo que 100% possuem aparelho televisivo e geladeira, 89,47% possuem carro, 73,31% possuem computador e internet, e 63,15% possuem motocicletas.

Gráfico 5 - Utensílios domésticos dos habitantes entrevistados

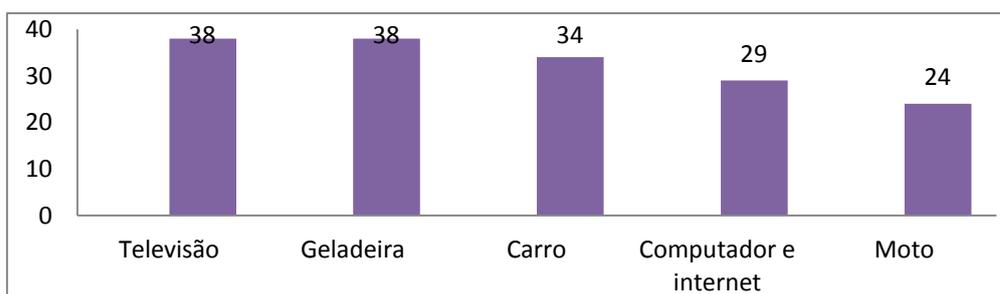


Gráfico indicativo dos utensílios domésticos pertencentes aos Habitantes Entrevistados do distrito de Vilelândia – Carmo do Rio Claro MG. Fonte: Trabalho de Campo realizado em Maio de 2015

A maior parte das propriedades agrícolas pertencentes aos entrevistados são pequenas. Podemos ver através do gráfico abaixo: Sendo 39,47% dos entrevistados possuem propriedades de 2,42 a 8 hectares, 21,05% possuem propriedades de 10 hectares, 15,78% possuem propriedades de 20 hectares, enquanto 13,15% possuem médias propriedades (30 a 50 hectares).

Gráfico 6 - Tamanhos das propriedades agrícolas dos entrevistados

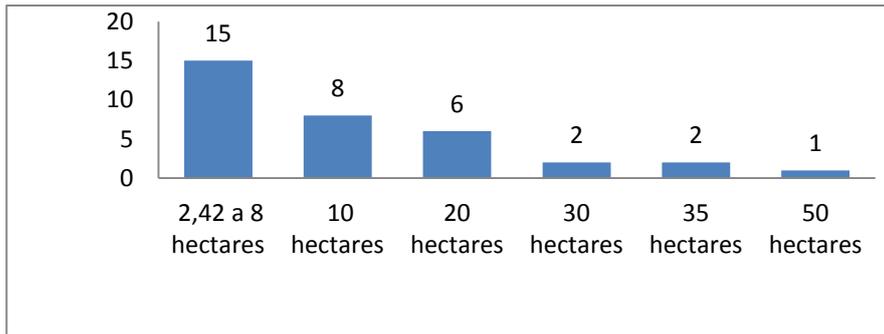


Gráfico indicativo dos tamanhos das propriedades dos habitantes entrevistados do distrito de Vilelândia – Carmo do Rio Claro MG. Fonte: Trabalho de Campo realizado em Maio de 2015

Os produtores de Vilelândia contam com ajuda de mão de obra, seja familiar ou contratada, na época da colheita, devido ao fato de muitos deles não possuírem colheitadeiras, além das propriedades estarem localizadas em alto declive dificultando o uso de maquinários. Dos 38 entrevistados 55,26% deles contratam mão de obra para a colheita, enquanto 44,74% usam da mão de obra familiar.

Gráfico 7 - Tipo de mão obra utilizada pelos entrevistados em suas propriedades

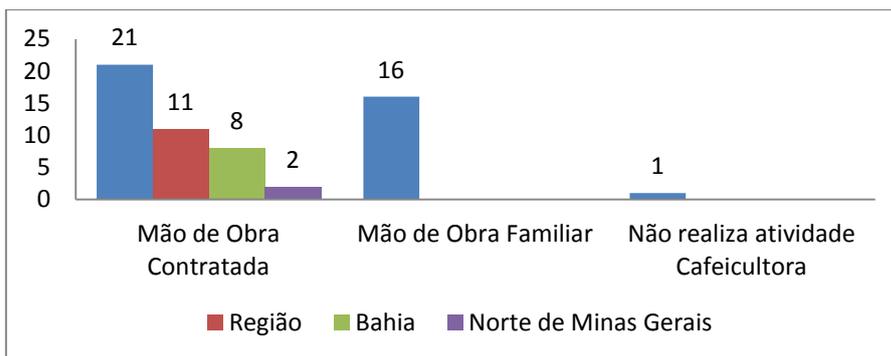


Gráfico indicativo do tipo da mão de obra utilizada nas propriedades dos Habitantes Entrevistados do distrito de Vilelândia – Carmo do Rio Claro MG. Fonte: Trabalho de Campo realizado em Maio de 2015.

Dentre os 21 entrevistados que contratam pessoas para os auxiliarem em suas atividades, 11 deles contratam pessoas provenientes da Região, 8 deles contratam pessoas provenientes da Bahia e 2 deles contratam pessoas provenientes do Norte de Minas Gerais. As pessoas contratadas ficam nas propriedades agrícolas de Vilelândia de 1 a 3 meses.

Devido aos programas de crédito agrícola como o Pronaf, permitiram que muitos agricultores adquirissem maquinários que os auxiliassem nas lavouras de café. Como podemos ver no gráfico abaixo 63,15% dos entrevistados possuem trator, 50% dos entrevistados possuem armazéns e 42,10% possuem ambos.

Gráfico 8 - Técnicas de auxílio agrícola dos entrevistados

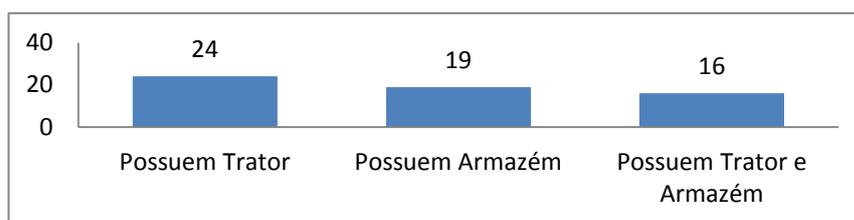


Gráfico indicativo de quantos habitantes entrevistados possuem tratores, armazéns ou ambos para auxílio agrícola. Distrito de Vilelândia – Carmo do Rio Claro MG. Fonte: Trabalho de Campo realizado em Maio de 2015

No que diz respeito à torrefação do café é feita em Carmo do Rio Claro MG, os próprios habitantes são responsáveis por levar os grãos. Há duas torrefações no município, que se dedicam a torrar, moer e empacotar do café. Fazendo com que a maioria deles vá às cidades regionais pelo menos duas vezes na semana.

Todos os entrevistados comercializam a sua produção com a Cooperativa Agrícola de Guaxupé – Cooxupé, obtendo da mesma, atendimento técnico quando necessário (manutenção dos maquinários), atendimento por agrônomos, orientando-os quanto ao uso e devida quantidade de fertilizantes, adubos químicos e agrotóxicos. O que deixa dúvida se talvez não há algum tipo de “exploração”, quanto ao preço pago pela produção dos cooperados, uma vez que todos (os entrevistados) dependem desta relação comercial com o mesmo estabelecimento .

Todos os entrevistados alegaram que frequentam ao catolicismo e como atividades de lazer costumam fazer almoços em família, ir à Aparecida do Norte pelo menos uma vez ao ano (por devoção e a passeio) e os que apresentam uma condição de vida um pouco melhor, vão à praia também uma vez ao ano.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretende-se demonstrar a importância da agricultura familiar para a economia do município de Carmo do Rio Claro e região, além de reforçar a necessidade de maiores investimentos nessa categoria social que compõem o espaço agrário.

A modernização privilegiou os médios e grandes produtores acentuando a concentração de terras, assim como a agricultura de commodities favorece aqueles produtores com maiores avanços técnicos para inserção e disputa no mercado internacional, além de receber grande investimento federal e internacional, no entanto, a meu ver, nenhuma família se alimenta de cana de açúcar ou de soja.

O maior obstáculo ao desenvolvimento rural no Brasil vem do “peso” político do agronegócio e do papel central que desempenha na estratégia de especialização na exportação de produtos agropecuários como forma predominante das transações realizadas com o exterior. Entretanto, o dinamismo da agricultura familiar para o abastecimento do mercado interno, torna um fator importante na sociedade e por isso, tem lutado por notoriedade ao longo dos tempos frente a modernização agrícola.

A pequena propriedade agrícola faz parte de uma sociedade cujo poder social, econômico, cultural se concentra nas cidades, sendo subordinada a esta. As propriedades estão articuladas ao poder urbano, uma vez que há a necessidade de ir à cidade para a compra do que se falta, ou ainda a manutenção, de quem possui carros, tratores, ou necessita de um atendimento médico, frequência dos filhos às escolas, (não se vê mais escolas presentes no campo).

Nesses termos, queremos demonstrar o quanto a produção fundamentada no trabalho familiar tem sido a base da reprodução das condições de dominação das grandes propriedades/proprietários de terra em que se estruturam sistemas de concentração de poder econômico e político na sociedade vigente. E também quanto essa “dominação” tem despertado a luta familiar ou coletiva dos trabalhadores, em busca da integração, resistindo assim a formas inaceitáveis, indignas de vivência para então assegurar sua subsistência.

Tendo por conceito totalizante de um campesinato/proprietário rural como parte fundamental da estrutura social brasileira, com seu lugar marcado pela exclusão do acesso legítimo à terra e aos seus direitos de cidadão, se faz de grande importância mudanças sociais na sociedade em que a reforma agrária tem um papel central.

6.REFERÊNCIAS

ALPIZAR, E.; BERTRAND, B. Incidence of elevation chemical composition and beverage quality of coffee in Central America. In: INTERNATIONAL CONFERENCE IN COFFEE SCIENCE, 20. Bangalore: ASIC. CD - ROM. 2004. pg. 46 -51.

ALVES, E. ; SOUZA, G. S. Estudo de caso de famílias enquadráveis no Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Agricultura São Paulo, São Paulo, v. 53, n. 2, jul./dez. 2006. pg. 09 – 25.

ALVES, F.D. As configurações do campo brasileiro e os contrastes do agronegócio.. Encontro de Geógrafos da América Latina. v. 14. Anais. Lima-Peru, 2013. pg. 2-11.

CANAL RURAL. Módulo fiscal dos municípios brasileiros. Disponível em: <<http://www.canalrural.com.br/noticias/codigo-florestal/modulo-fiscal-varia-cada-municipio-brasileiro-13970>> Acesso em 14 de mar. 2015.

CARDOSO, H. J. M. Análise da mobilidade populacional entre os municípios de Carmo do Rio Claro-MG e Santa luz - BA. Trabalho de Conclusão de Curso (Geografia). Universidade Federal de Alfenas, 2014. pg. 43 – 54.

CARMO, Maria A. A. Migrações Temporárias e as relações de trabalho no campo: o caso da cafeicultura no cerrado. Anais. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2012, Uberlândia. Território em disputa: Os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro. Uberlândia: UFU, 15 a 19 de outubro de 2012. pg. 05 - 12

CARNEIRO, M.J. Em que consiste o familiar da agricultura familiar?. In: COSTA, L.C.; FLEXOR, G; SANTOS, R. (Orgs) Mundo rural brasileiro: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: EDUR, 2008. pg. 255 - 269.

CARVALHO, N. A Sustentabilidade no espaço rural com a agricultura familiar: Estudo de caso da comunidade de Usina Três Bocas – Londrina PR. Universidade Federal de Londrina. 2008 pg.30-36.

DELGADO, N.G. Papel e lugar do rural no desenvolvimento nacional. Brasília, II CA-MDA-CONDRAF, texto para discussão. 2009.

DELGADO, N. G. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, Sérgio (org). Políticas públicas e agricultura no Brasil. 2ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009, pg. 17-35.

GUANZIROLI, Carlos et al. Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. Pg. 49 – 56.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA: Cidades. 2014. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>> Acesso: 10 mai. 2014.

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2015. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/>> Acesso em: 15 mar. 2015.

LOURENZANI, W. L.; PINTO, L. B. A qualificação em gestão da agricultura familiar: A experiência da Alta Paulista. Rev. Ciênc. Ext. v.4, n.1, 2008. pg.76.

JÚNIOR, P. C. A Questão Agrária no Brasil. 3.ed., São Paulo: Brasiliense, 1981. pg.17 – 26.

MARTINE, G. & GARCIA, R.C. Os impactos sociais da modernização agrícola. São Paulo: Caetés, 1987.

NICOLELLA, G. Delimitação de um território potencial para a produção de cafés de qualidade diferenciada nos municípios de Campestre, Machado e Poço Fundo, MG. Jaguariúna - SP: Embrapa Meio Ambiente, 2003. Pg.2-3.

PEREIRA, R. F. Efeito da inclusão de grãos defeituosos na composição química e qualidade do café (*Coffea arábica* L.) “estritamente mole”. Tese (Doutorado em Ciência dos Alimentos), Universidade Federal de Lavras, Lavras, 1997. pg.96.

SANTOS, Milton. Espaço e Método. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SOUZA F. H. M. Gestão integrada da agricultura familiar. São Carlos – SP Editora: UFSCAR. 2005. Pg. 10 - 16.

TEIXEIRA, T. D. Política estratégica para a cafeicultura brasileira. In: SIMPÓSIO DE PESQUISA DOS CAFÉS DO BRASIL, 1. Poços de Caldas. Anais. Brasília: Embrapa Café – MINASPLAN, 2000. pg. 169-193.

VALE, A. R; CALDERARO, R.A.P; FAGUNDES, F.N. A cafeicultura em Minas Gerais: estudo comparativo entre as regiões Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Sul/Sudoeste. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária. Edição especial do XXI ENGA-2012, jun., 2014. pg. 1-2.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003. pg. 42-61.

WANDERLEY, M. N. B. O Agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. REVISTA AGRICULTURAS. Rio de Janeiro, AS-PTA, 2009. pg. 33-45.